

Departamento de Sociologia

**O PAPEL DO INDIVÍDUO NA SOCIEDADE MODERNA
PORTUGUESA
PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO: FAMÍLIA, ESCOLA E A
ESCOLHA DE UMA PROFISSÃO**

Inês Dias

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Sociologia

Orientador(a):

Doutor Pedro Abrantes, Professor Auxiliar, Universidade Aberta e Professor Convidado,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

outubro, 2019

Resumo: Esta dissertação irá abordar processos de socialização que levam ao desenvolvimento social de um indivíduo na sociedade moderna. Tenderá para um contexto da sociedade portuguesa, porém poderá aplicar-se, também, a um contexto das sociedades modernas em geral.

A investigação empírica foi realizada no meio familiar, através de entrevistas individuais e focus group, a fim de se tentar captar a visão dos indivíduos dentro dos sistemas familiar e escolar, quanto às suas escolhas profissionais. Deste modo, pretende-se identificar algumas influências aos níveis familiar e social, que tiveram a sua importância na construção do papel profissional que estão ou irão desempenhar no futuro na sociedade.

Palavras-Chave: socialização; desenvolvimento social; educação; escola; família; orientação profissional

Abstract: This dissertation will address socialization processes that lead to the social development of an individual in modern society. It will tend towards a context of Portuguese society, but it may also apply to a context of modern societies in general.

The empirical investigation was conducted in the family, through individual interviews and focus group, in order to try to capture the view of individuals within the family and school systems, regarding their professional choices. Thus, it is intended to identify some influences at the family and social levels, which had their importance in building the professional role that they are or will play in the future in society.

Keywords: socialization; social development; education; school; family; professional orientation

i. ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	v
2. CAMPO DE ANÁLISE E DE OBSERVAÇÃO.....	vii
3. NATUREZA E SOCIALIZAÇÃO.....	x
4. SOCIALIZAÇÃO	x
5. INTERESSES INICIAIS E NOÇÃO DE PROFISSÃO	xvii
6. INSTITUIÇÃO FAMILIAR E INSTITUIÇÃO ESCOLAR	xxii
7. ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E VOCACIONAL: FOCO E VISÃO SOCIAL	xxxii
8. REFLEXÕES CONCLUSIVAS	xxxvii
9. BIBLIOGRAFIA.....	xxxix
10. FONTES.....	xli
I. ANEXO.....	xliii
II. CV	xlix

1. INTRODUÇÃO

Quando se conhece alguém novo há uma tendência para se fazer uma série de questões a fim de melhor criar um perfil da pessoa que temos à nossa frente. Essas questões podem ser várias, inclusive “O que faz na vida?”

Quando nos deslocamos a qualquer lado que exige preencher um formulário ou falar sobre nós mesmos, a probabilidade de nos depararmos com esta pergunta é alta.

Qual a necessidade que a sociedade tem em saber o que cada um faz? Qual a importância do papel que cada um representa no dia-a-dia? E qual a importância desse papel para a sociedade? Acima de tudo, como estará a sociedade a ajudar os seus indivíduos na construção desse papel?

Destas questões foram levantadas muitas outras que permitiram a criação desta dissertação. Todas nos levam a perguntar a real importância das profissões e como elas são construídas e escolhidas por cada um de nós. Como definimos a nossa profissão ideal – e se chegamos mesmo a fazê-lo – e como construímos um caminho de inúmeras decisões criadas por nós, pela socialização e pelos sistemas em nosso redor.

Tendemos a responder a questões sobre a nossa profissão como se de relatos do nosso eu se tratasse. Isso leva-nos a outra grande questão: “A profissão define o homem?”

Esta não se trata de uma dissertação que visa responder a todas estas questões de forma prática através de uma investigação quantitativa, mas sim através de uma reflexão sobre os processos de desenvolvimento social – através do sistema familiar, educativo e de trabalho – e do desenvolvimento profissional que dão origem à construção de um papel na sociedade de hoje. Para isso, a fim de realizar uma investigação dentro do método qualitativo, foram escolhidas três famílias da qual foram traçados os perfis de cada membro a fim de perceber as suas construções identitárias na sociedade.

Qualquer uma das fases da nossa vida, enquanto indivíduos sociais, passa pela educação familiar e pela educação escolar obrigatória. A partir daí há uma série de decisões a serem tomadas – educação superior, formação profissional ou ir diretamente para o mercado de trabalho são as três mais comuns. E cada uma delas moldam a vida dos indivíduos de formas diferentes – as práticas educativas parentais, a escola, as aprendizagens, os pares, os professores –, todas as experiências tendem a ter um grande peso nas nossas escolhas futuras.

Existem inúmeras teorias nas diversas áreas científicas que exploram a área da educação : John Locke (1690), filósofo britânico, afirmava que a mente da criança era como

uma folha de papel em branco e que todos nascíamos iguais; Charles Darwin (1859), biólogo, defendia que o desenvolvimento humano era um resultado da adaptação ao meio; William James (1890), psicólogo e filósofo americano, sugeriu que todos os indivíduos tinham tendências herdadas geneticamente, algo que as pessoas costumam intitular de “instinto”; Francis Galton (1874), estatístico, psicólogo, sociólogo, antropólogo entre outras coisas, foi o primeiro a indicar o conceito de “nature and nurture” – natureza e criação (the psychology book pp. 28-29). Na evolução desta dissertação iremos abordar mais afincadamente as teorias sociológicas dado que é esse o enfoque central.

Com todas estas teorias referidas acima é possível perceber o quão importante é a educação que se insere no percurso de desenvolvimento de um indivíduo. No entanto não se trata apenas de falar sobre educação. Trata-se de questionar uma série de variáveis que vão sendo introduzidas no processo social dos indivíduos.

Imaginemos o seguinte exemplo: a sociedade implementa um modelo padrão com um processo linear desde o sistema educativo até ao mercado de trabalho. Na instituição escolar, o indivíduo escolhe a sua área profissional no final do nono ano de escolaridade – no caso do sistema de ensino português – altura em que terá de optar por uma área científica ou humanística ou um curso profissional, e, eventualmente terminando o ensino obrigatório aos dezoito anos de idade, com conclusão do décimo segundo ano, com avaliações quantitativas para prosseguir, ou não, os estudos. Após terminado o ensino secundário e/ou o ensino profissional – podendo ou não, posteriormente, optar pelo ensino superior – o indivíduo segue para o mercado de trabalho.

Face a isto poderá surgir a seguinte questão: será que os sistemas – de ensino e mercado de trabalho – aparentam fraca articulação?

Ora, se a sociedade mantém então este modelo padrão de um “indivíduo de sucesso” em que segue todas estas normas, será que esse modelo corresponde às exigências do indivíduo do século XXI?

2. CAMPO DE ANÁLISE E DE OBSERVAÇÃO

A questão principal desta tese é: de que modo a sociedade condiciona os indivíduos, durante a infância e adolescência, a seguir determinados percursos escolares e profissionais?

Existe um conjunto de variáveis a ter em conta quando se fala sobre o crescimento de um indivíduo na sociedade moderna: geração; genética; personalidade; meio ambiente; género; inteligência; educação familiar ou institucional; educação escolar; experiências e hábitos sociais; raça e etnia; e tantas outras.

Obviamente, seria impossível realizar uma investigação com todas estas variáveis.

Neste sentido, focou-se essencialmente as variáveis da família e da escola como sendo os principais meios de socialização de um indivíduo.

No entanto, as hipóteses levantadas tomam em consideração algumas dessas variáveis para além de um conhecimento geral da sociedade moderna e dos valores atuais.

Numa primeira hipótese analítica, o ser humano vive, na sociedade atual, uma espécie de crise identitária levantada pelo constante questionamento sobre se deve seguir um estilo de vida com base no futuro poder económico e na estabilidade ou, se por outro lado, deverá seguir os caminhos da realização pessoal. Não que as duas possam ser necessariamente contrárias, mas que, no entanto, estas ideias podem ter como base crenças, enraizadas ao longo de gerações, que são difíceis de alterar. Muitos autores já refletiram sobre a crise identitária na sociedade moderna, referindo a existência de quatro sistemas de valores: tradicional, hedonista, materialista e altruísta/comunitarista. (Abrantes, 2012)

Deste modo, segue-se a segunda hipótese em que os ensinamentos familiares tendem a virar-se exatamente para educar crianças e jovens num dos estilos de vida mencionados na hipótese anterior, acrescentando também o valor da mobilidade social, ou seja, à partida os pais poderão educar os seus filhos para “seguirem os seus sonhos” ou para terem estabilidade económica e/ou subirem na escala social.

A terceira hipótese pode ser a que se encaminha mais para responder a alguns pontos da pergunta inicial: de que modo a socialização familiar e escolar molda este processo através da vinculação dos indivíduos a um dos diferentes “sistemas de valores” já identificados.

Tendo presente os discursos dos entrevistados, a família continua a não se apoiar neste tipo de conhecimentos, ou por falta de acesso ou porque por falta de interesse em implementá-los. Porém, a instituição escolar poderia, eventualmente, acatar estudos científicos – alguns aqui mencionados – e pedir a colaboração e participação da família.

Esta dissertação centra-se no método qualitativo através de entrevistas semi-directivas que permitiram explorar determinados aspetos do tema e ajudar, assim, a exemplificar o rumo da investigação.

Para isso foram escolhidas famílias, que se caracterizaram de uma forma geral e de acordo com o estudo pretendido, de forma a se tornar um processo de estudo mais abrangente.

Temos então três famílias dentro da classe média, mas de níveis diferentes. Sendo assim, uma das famílias está inserida na classe média baixa, outra na classe média e a terceira na classe média alta, de acordo com a sua profissão e os seus rendimentos.

As três famílias escolhidas foram classificadas como sendo do tipo nuclear, em que estão presentes os dois progenitores, e uma delas está também classificada como alargada, uma vez que está presente uma avó para além de pais e filhos.

Quanto às idades dos filhos apenas foram consideradas a escolaridade, ou seja, tinham de, no mínimo, estar a frequentar o nono ano. Desta forma poder-se-ia alargar as perspetivas educacionais ao longo dos anos, tanto a nível familiar como escolar.

Todos os membros, excetuando a avó de uma das famílias, frequenta ou frequentou o ensino regular do sistema de ensino português. Este campo de análise foi pré-estabelecido seguindo a ideia de que se poderia analisar várias frentes acerca do papel que cada membro representa na sociedade, a área ou áreas profissionais escolhidas e a sua educação escolar e familiar. Por outras palavras, pretendia-se estudar os processos de socialização de cada um dos membros das três famílias.

Neste contexto, começaram por ser recolhidas informações sociodemográficas: origem – onde nasceu e cresceu; estado civil; habilitações e situação atual – trabalho ou estudo; encarregados de educação e as suas respetivas habilitações; início e fim de idade escolar e se tiveram reprovações.

Após essas informações iniciais foram entrevistados individualmente cada um dos membros, foram feitas entrevistas aos progenitores em conjunto a fim de se colocarem questões a nível de educação – tanto familiar como escolar – dos seus filhos e, por fim, foram criados focus group das famílias e lançados debates sobre a sociedade em que vivem.

Nas questões iniciais das entrevistas individuais esteve presente o objetivo de melhor entender quais eram os interesses iniciais do entrevistado ainda enquanto criança: uma primeira fase antes de entrar para escola – foco na socialização primária – e numa segunda fase quais eram os seus interesses ao longo do percurso escolar e das vivências do quotidiano – socialização secundária.

As crenças enraizadas ao longo das gerações são hábitos difíceis de mudar. E o ser humano é um ser de hábitos. Para além disso, é preciso ter em conta que, fazendo parte da socialização primária, a família pode ser um pilar de grande força na hora de tomar decisões. As questões feitas aos entrevistados que começam com “quais foram os ensinamentos que os teus encarregados de educação te transmitiram sobre...” é precisamente um meio para compreender o tipo de crenças que foram transmitidas pelos encarregados de educação e como se pode ter vindo a refletir nas decisões futuras do entrevistado.

A escola primária é a primeira fase do percurso escolar obrigatório e, nesse contexto, é perceptível a influência que esta pode ter sobre as crianças com idades compreendidas entre os seis e os dez anos. Nessas idades, o especialista em comportamento infantil Jean Piaget defendeu que as crianças tendem a ter uma maior compreensão lógica e abstrata, o que sugere uma mudança no tipo de brincadeiras e interesses (Giddens, 2009). A partir das questões feitas sobre a época da escola primária aos entrevistados pretendia-se ligar os seus interesses do passado com os do futuro e o quanto puderam influenciar. No entanto, também foi importante perceber como eram esses interesses aos olhos da escola – do professor – e dos encarregados de educação.

Todavia, não é apenas na escola primária que se dão influências escolares e não são apenas os jovens de tenras idades que são influenciados pelos encarregados de educação. A socialização secundária vai muito para além disso e percorre muito do desenvolvimento social de um indivíduo. Sendo assim, as entrevistas foram direcionadas para todo o processo escolar obrigatório e a influência dos encarregados de educação neste mesmo patamar.

Sendo a entrada para o mercado de trabalho uma fase de extrema importância na investigação da construção do papel profissional do indivíduo, visto que apenas assim podemos tentar perceber a real satisfação das escolhas feitas pelo mesmo, foram feitas mais algumas questões sobre as primeiras experiências profissionais dos entrevistados, assim como algumas questões hipotéticas confrontando as decisões do passado com a situação atual.

Numa última questão tentou-se perceber quais os valores pessoais dos indivíduos e como estes estariam em conformidade com as suas escolhas profissionais. Uma questão que permite conhecer a consistência dos processos de socialização.

Prosseguindo na mesma lógica, que a entrevista individual, os educadores da família foram entrevistados, sem acesso às respostas dos filhos, de modo a encontrar pontos de convergência, ou divergência, entre os discursos de educador vs educando.

Numa segunda fase da entrevista aos encarregados de educação procurou-se alcançar a visão que estes têm sobre as escolhas a nível educacional e profissional que os filhos

tomaram. Esta visão poderá estar, ou não, de acordo com a perspectiva de futuro que criaram durante a sua educação.

Por fim, todas as famílias foram direcionadas para um focus group que se alinhou aos temas da educação e escolha da área profissional, mas num âmbito social e com toda uma dinâmica familiar que é marcada por todas as relações de identificação individual, de alianças, de autoridade e outras. Desta maneira, encontraram-se variadas conspeções do percurso do indivíduo na sociedade em que vivem até às suas escolhas “finais”.

3. NATUREZA E SOCIALIZAÇÃO

A natureza é a parte do comportamento humano que é instintiva e determinada a nível biológico. A socialização, que irá ser aprofundada no capítulo seguinte, provém da educação baseada nos comportamentos das pessoas e do ambiente em que crescemos, e não só. Quando vemos uma criança que é, basicamente, a cópia da mãe em questões comportamentais, como atitudes ou crenças – é uma questão genética ou algo que a criança apreendeu da forma como foi educada e do que foi observando a mãe fazer, seguindo-lhe o exemplo?

Um exemplo de natureza, é quando observamos um bebé que faz gestos como pestanejar, bocejar, engolir ou até mesmo quando aperta o dedo de quem lhe tocar na palma da mão. Não foi algo que aprendeu a fazer, é algo natural.

Contudo, o comportamento humano provém, na sua maioria, da forma como fomos educados e não propriamente do instinto. A socialização é algo extremamente importante do comportamento humano, estudado e explorado, não só por sociólogos, mas por muitos cientistas sociais e naturais.

4. SOCIALIZAÇÃO

A personalidade humana tende a ser desenvolvida através da socialização. Tudo o que aprendemos sobre a nossa sociedade e cultura, todas as nossas experiências enquanto seres vivos e seres sociais, são como peças de puzzle que formam o nosso eu. Faz parte do nosso desenvolvimento social.

No entanto, a natureza é um processo extremamente complexo que impõe limites aos nossos comportamentos e que pode fazer diferença na nossa educação e nos nossos

comportamentos sociais. Por isso antes do desenvolvimento social, procurou-se perceber, através de dois exemplos de experiências, o que acontece quando não há socialização.

Segundo um estudo de caso apresentado num documentário da National Geographic (2007) e reportado num relatório de Susan Curtiss (1978), em 1970, num bairro dos subúrbios de Los Angeles foi descoberta uma história que viria a intrigar muitos cientistas e pedagogos.

Um assistente social descobriu uma rapariga de treze anos que ainda usava fraldas, grunhia em vez de falar e não andava. Percebeu-se que tinha sido mantida num quarto, isolada, durante toda a vida. O pai tinha sérios problemas de saúde mental e mantinha a filha escondida do mundo.

A rapariga, a quem deram o nome de Genie, tinha a idade mental de uma criança de dezoito meses. Seria possível separar os efeitos da natureza dos da criação?

Com a ajuda de vários especialistas como cientistas sociais, neurocientistas e linguistas, tentaram ensinar Genie as coisas mais básicas na sua vida. No entanto, Genie nunca adquiriu por completo esse tipo de competências. E segundo a linguista que a acompanhou, Susan Curtiss, Genie era uma criança extremamente inteligente e com imenso potencial desperdiçado, tendo em conta tudo o que aconteceu.

Outro estudo de caso, apresentado a partir de uma história semelhante por um sociólogo de nome Kingsley Davis (1940, 1947), foi o de uma criança de cinco anos, encontrada na arrecadação de uma casa na Pensylvania. Por ser uma criança “ilegítima”, tinha andado entre famílias de acolhimento durante os seus primeiros seis meses de vida e acabou por ser mantida no sótão e em arrecadações sem qualquer contacto humano para além de quem lhe levava comida, como se de um animal se tratasse.

Kingsley Davis observou a criança, a quem deram o nome de “Anna”, durante alguns anos após ter sido encontrada e escreveu sobre os efeitos das privações sociais a que tinha sido submetida e como isso afetou o seu desenvolvimento social. Anna não falava, nem sorria e não respondia a qualquer interação humana. Apesar de anos de educação e assistência médica, assim como Genie, o seu desenvolvimento mental não passou de uma criança de dois anos. E assim como Genie, não teve um final feliz.

Anna morreu aos dez anos com doenças de nível sanguíneo entre outras. Enquanto que Genie voltou para a mãe onde sofreu de mais exclusão, abusos e violência, acabando por ir parar a um lar de adultos o resto dos seus dias.

Estas histórias macabras são tristes e revoltantes. Porém, servem para nos demonstrar que o isolamento social pode afetar em grande escala o nosso desenvolvimento cognitivo, social e emocional e que, por vezes, a natureza sobrepõe-se à socialização.

Como em ambos os casos de Genie e de Anna não havia praticamente interações sociais, estímulos cognitivos ou emocionais, as partes dos seus cérebros que não foram estimuladas, atrofiaram irremediavelmente.

Com isto, pretende-se salientar que assim que determinadas oportunidades passam por cima da natureza e da educação, não há retorno possível. E quando o assunto é futuro, todas as nossas decisões são importantes. Principalmente decisões tomadas pelos nossos encarregados de educação, durante a infância, mas também pela escola, ao longo do percurso escolar.

Todos nós estamos rodeados de pessoas, o que influencia muito a forma como agimos e o que valorizamos. De facto, é o que temos mais em comum com os outros seres humanos. E tal como já foi referido anteriormente, a socialização é um processo social pelo qual aprendemos sobre a nossa sociedade, cultura e valores; desenvolvemos a nossa personalidade; e percebemos qual o nosso potencial enquanto seres humanos. Porém, como fazemos isso? Como aprendemos e com quem?

Primeiro é preciso compreender que a socialização é um processo de longo prazo. Demora uma vida inteira. Estamos sempre a aprender coisas novas, a conhecer pessoas novas, a tomar novas decisões e a mudar, constantemente, os nossos hábitos e interesses. Não é algo que se aprende em criança e assim fica para sempre.

A socialização tem início no seio familiar. Pai, mãe, irmãos e até avós, tios e primos – este é todo o nosso mundo social quando se está a crescer e antes de se entrar na escola.

Este núcleo familiar é chamado de socialização primária. É a partir dela que se tem as primeiras experiências a nível de linguagem, valores, crenças, cultura, regras e comportamentos da sociedade.

Sendo assim, na sociedade moderna, os pais, ou quem tiver a guarda de uma criança, são os primeiros professores sobre o mundo que a rodeia. São os encarregados de educação que passam os ensinamentos básicos de vida desde lavar os dentes, tomar banho, falar ou comer, até coisas mais importantes como política, religião, leis, valores, etc.

Todos os brinquedos, livros, jogos, experiências e atividades da criança fazem parte daquilo a que o sociólogo Pierre Bourdieu (1977) definiu como capital cultural. São todas estas dádivas que nos ajudam a criar competências desde cedo para vivermos na sociedade. Alguns deles vão parecer simples e subtis. Fazer castelos na areia, saltar à corda ou ver um filme num sábado à noite com a nossa família serão aprendizagens?

Na realidade, sim, porque todas as experiências acrescentam um tipo específico de aprendizagem. Por exemplo, saltar à corda pode fornecer a uma criança um certo nível de

destreza e resistência física; e fazer castelos na areia pode despertar a nossa criatividade e concentração.

A socialização está também associada aos ensinamentos de género, raças e classes sociais. Deste modo, as crianças aprendem, a partir dos seus encarregados de educação em primeiro lugar, comportamentos, valores e cultura associados à sua raça ou etnia, género e classe social. Um exemplo de aprendizagens ligadas a classe social poderá ser o porquê de os filhos de classe média e alta tenderem a continuar os seus estudos pelo ensino superior. Não é só por uma questão económica, mas porque é esperado que o façam. Crescem e são educados numa família que normaliza essa tendência como o passo seguinte.

Foi esse tipo de socialização que Robert K. Merton definiu como “socialização antecipatória”. É um processo social pelo qual os indivíduos aprendem os valores e as normas de um determinado grupo onde pretendem pertencer (Crisogen, 2015). Por exemplo, as crianças mais pequenas anseiam por crescer e se tornarem adultas, observando e imitando os adultos em todos os seus comportamentos e atitudes. No caso das famílias que aspiram que os seus filhos terminem os seus estudos no ensino superior, pode haver uma educação direcionada a esse fim.

Após a socialização primária, segue-se a socialização secundária que acompanha os indivíduos durante a entrada na escola e, mais tarde, no mercado de trabalho.

É na escola que se fazem as primeiras introduções a novas realidades da sociedade em que vivem. Até ao momento, a nossa família era todo o nosso mundo social. Depois, é na escola, que surgem novos sistemas de regras ligados a determinados lugares, horários a cumprir, novos conceitos. Por exemplo, aprendemos as normas e regras de uma sala de aula: há horas para brincar e horas para estudar, permanecer sentado numa sala de aula e pedir permissão ao professor sempre que se quiser levantar.

Muitas destas novas aprendizagens podem ser completamente diferentes das que já foram aprendidas no seio familiar.

Segundo o sociólogo Basil Bernstein (1986), algumas crianças tendem a entrar com “códigos de linguagem” completamente diferentes dos da escola. O que pode dar problemas na sua adaptação com a instituição escolar e até um mau desempenho em termos avaliativos.

Esta nova forma de educação, com normas, valores e crenças novas, pode ter muitas vantagens na socialização, verificando-se que a escola não é apenas um local onde se adquire conhecimentos académicos, também possibilita aos seus alunos o conhecimento de uma grande variedade de outras realidades e estilos de vida diferentes.

Quando a única socialização das crianças passa pelo ambiente familiar, estas apenas estão expostas a uma perspectiva: a mesma raça, a mesma classe social, a mesma religião, etc.

Embora tenha sido Philip W. Jackson o primeiro a mencionar o “currículo escondido”, foram Samuel Bowles e Herbert Gintis que lhe deram uma perspectiva mais radical (Samuel e Gintis, 1977). Segundo os autores, a educação nas escolas não é neutra e segue as regras de uma sociedade capitalista que pode alterar e destruir o futuro das vidas dos jovens.

A escola é uma instituição reprodutora de desigualdades sociais e onde importa mais o estatuto económico dos pais do que a inteligência dos filhos.

O objetivo da escola deveria ser preparar os seus alunos para o futuro. Porém existem certas questões que vão acontecendo num lado mais oculto da instituição escolar. Estão mais preocupados em transmitir conhecimentos sobre a importância do trabalho árduo e do seguimento de ordens, esquecendo outras coisas importantes como a criatividade.

Apesar destas ideias defendidas pelos autores, um filósofo austríaco de nome Ivan Illich foi ainda mais longe afirmando que os objetivos da escola passavam pela custódia dos jovens, visto que são obrigados a passar horas do seu dia confinados ao recinto escolar; distribuição desses mesmos jovens em ocupações ou profissões para o futuro; a aquisição dos valores dominantes na sociedade; e a aquisição de todos os conhecimentos que forem aprovados a nível social. (Giddens, 2009)

Desta maneira, Illich defende que a escola treina os seus alunos a aceitarem a ordem social representativa da sociedade moderna.

Illich defendia também que se deveria abolir a ideia de um currículo padronizado e deixar que haja mais abertura para experiências, mais criatividade e mais liberdade para cada um escolher as matérias de estudo que quer aprender.

Deste conjunto de ideias podemos também lembrar o quanto a escola pode ser uma fonte de desigualdades. Por exemplo, haver um quadro de honra e os jovens serem constantemente avaliados ao nível quantitativo, o que pode expressar a ideia de que devem ser sempre melhores que os seus pares e reforçar uma sociedade onde existam vencedores e perdedores.

Como mencionado em cima, a escola é também um local de aprendizagem a nível social, os jovens tendem a fazer novas amizades e criar grupos com determinados interesses ou posições sociais e/ou ainda com uma determinada idade. Todas estas escolhas têm um grande impacto no processo de socialização e, por consequência, pode ter um grande impacto nas decisões futuras.

No final da década de 1950, o sociólogo James Coleman (1961) começou um estudo sobre a vida social dos adolescentes de mais de dez escolas perguntando-lhes sobre o seu grupo social e se se identificavam com outras pessoas fora deste. Desta forma, Coleman categorizou os entrevistados em quatro grupos sociais distintos. Muito ao estilo dos filmes de adolescentes americanos, as categorias foram: nerds, atletas, populares e “burnouts”.

É claro que estar em cada um destes grupos requer um tipo de comportamento. Coleman percebeu que era importante ter certas características para pertencer a determinados grupos. Por exemplo, os atletas deveriam manter uma excelente forma física; os “burnouts” deveriam manifestar comportamentos desviantes como beber álcool e/ou fumar; os populares deveriam pertencer a certas classes sociais e/ou ter dinheiro; e os nerds deveriam expressar inteligência e ter boas notas.

Coleman teve acesso ao QI dos alunos e às suas notas. Como seria de esperar, pertencer a um certo grupo afetava a educação dos seus membros, de forma positiva ou negativa.

Se para um indicado grupo um dos critérios de pertença fosse ter boas notas, então seria mais provável que os seus membros tirassem todos boas notas.

Esses fatores de grupo poderiam variar conforme a escola, ou seja, em algumas escolas era mais importante tirar boas notas para se pertencer ao grupo dos populares, sendo que noutras isso poderia não ter qualquer importância. Neste sentido, o que pode ser considerado interessante na investigação de Coleman, é que nas escolas onde as boas notas não eram sinal de popularidade, as notas gerais da escola tendiam a ser mais baixas do que nas escolas onde as avaliações contavam para se tornarem populares.

De uma maneira geral poderíamos pensar que os adolescentes tendem a escolher amigos que têm características similares às suas. Contudo, nestas idades, pode não ser bem assim. Segundo Coleman, é mais provável que escolhamos amigos com determinadas características e competências pessoais e sociais que queremos adquirir para o futuro.

Também no processo de entender a socialização não podemos esquecer os meios de comunicação social. Como membros da sociedade moderna, os meios de comunicação social tendem a ter uma influência abismal nas nossas vidas.

Outros tipos de socialização podem vir, não da família, mas de instituições totais – locais onde os indivíduos estão quase ou totalmente cortados do mundo exterior. Erving Goffman referiu-se a este conceito pela primeira vez a instituições como a militar, prisões, colégios internos ou hospitais psiquiátricos – em que mantêm um grande controlo sobre a vida dos indivíduos (Giddens, 2009).

Nestes casos, os indivíduos sofrem uma ressocialização. Praticamente todos os aspetos das suas vidas – o que comem, como se vestem, o que aprendem – são controlados pela instituição de forma a criar todo um novo conjunto de normas, valores e crenças.

Seja de uma forma ou de outra, quem nós somos enquanto indivíduos e as escolhas que fazemos são incrivelmente moldadas pelas pessoas e pelas instituições que nos rodeiam.

Assim como já foi referido anteriormente, os agentes sociais tendem a construir e a aplicar nas suas vidas quotidianas uma série de ações que provêm do que foram aprendendo com a família, a escola e todo o mundo que os rodeava desde o nascimento.

Por outro lado, a família e a escola, não contam como sistemas isolados. Ou seja, existem muitos outros conjuntos de fatores que levam um indivíduo a fazer o que faz, a gostar do que gosta, etc. Pierre Bourdieu (2010) desenvolveu na sua obra “Distinção”, que os agentes sociais tendem a agir conforme o seu habitus. E o habitus está presente em todo o seu mundo social: família, escola, comunidade, grupo de amigos, classe social, como um todo.

É importante referir que o mundo social e o habitus de cada indivíduo tem um elevado peso em tudo o que representa individualmente, socialmente e em todas as escolhas que faz, quer sejam os seus valores culturais, todas as coisas que aprendeu e que sabe, a forma de falar, de vestir e até a forma que encontra para se entreter: sejam hobbies ou profissão. O indivíduo pode ser encarado como uma receita culinária. Os ingredientes utilizados podem fazer muita ou pouca diferença consoante o tipo de ingrediente e o tipo de receita.

Estes “ingredientes” também não funcionam por si só. Até porque as culturas e o país onde vivemos têm a sua influência. Ou seja, o que é exterior ao indivíduo também o influencia em termos de ações.

Émile Durkheim (1995) desenvolveu em “As Regras do Método Sociológico” a definição de factos sociais. Os factos sociais são formas de agir, pensar e sentir externas ao indivíduo. E estes factos são de tal forma poderosos na vida de um indivíduo que exercem um controlo social sobre ele. Como oferecer presentes de natal no seio de uma família de base religiosa cristã, por exemplo. É comum construir-se uma árvore de natal e trocar-se presentes entre os membros da família. E esta prática não é apenas experienciada por uma família, mas por muitas. Daí ser considerado um facto social.

Sistemas políticos, estatísticas sobre um determinado assunto, celebrações tradicionais e culturais são tudo factos sociais. E são externos porque estão para além de um ou dois indivíduos.

Com isto é importante salientar que os factos sociais ditam muitos dos comportamentos dos agentes sociais e não apenas o seu habitus. A forma como tudo está

ligado. O estilo de vida de um indivíduo dita, de certa forma, muitos dos seus comportamentos, mas sempre em ligação com os factos sociais que o rodeiam: os vizinhos, o estatuto social, as crenças, as leis, o sistema financeiro, a cultura, etc. Tudo isto forma, o que Durkheim define como, consciência comum.

George Herbert Mead desenvolveu uma teoria sobre o desenvolvimento social e como os indivíduos desenvolvem o “self”. De acordo com Mead, os indivíduos descobrem quem são através das suas interações sociais e o que aprendem através da imitação – vêem o que os outros fazem e tentam fazer o mesmo. Por exemplo, as brincadeiras enquanto crianças podem refletir muito o processo da imitação (Giddens, 2009). Observamos os nossos pais a serem pais ou a serem trabalhadores e decidimos imitá-los. Ou observamos os nossos ídolos a serem super-heróis e decidimos fazê-lo também.

“Gostava muito de jogar às navegantes da lua...as raparigas eram as navegantes e os rapazes os gatos” (Entrevistada 4 A, 33 anos, operária fabril)

Numa fase mais avançada a imitação passa por viver isso nas nossas brincadeiras. Trazemos isso para o nosso mundo real e recriamo-lo nós mesmos.

“Brincávamos com bonequinhas...fazíamos os vestidinhos delas com várias pecinhas de retalhos (...) gostava muito quando as bonecas faziam anos e nós fazíamos as festas” (Entrevistada 2 A, 57 anos, assistente operacional hospitalar)

Mead defende que numa fase posterior, as crianças passam a encarar vários papéis dentro de uma situação em particular e, mais tarde, vários papéis em múltiplas situações. Um exemplo disso pode ser participar num jogo de equipas em que o indivíduo tem de seguir certas normas e regras e desenvolver o seu papel, reagindo aos papéis que todos os outros desempenham. Já no caso de vários papéis em múltiplas situações procura-se responder sobre as manifestações dos indivíduos no mundo social através da cultura e expectativas gerais. É desta forma que vão ganhando consciência de si mesmos e dos valores e das normas da sociedade em que vivem.

5. INTERESSES INICIAIS E NOÇÃO DE PROFISSÃO

Quando foram feitas questões sobre as brincadeiras que tinham durante a infância aos entrevistados, pretendia-se perceber quais eram os interesses iniciais e mais inconscientes de que se lembravam. Uma forma de analisar todo um mundo quase desconhecido para eles,

visto que alguns tiveram dificuldade em responder, mas que, de certa forma, foram bastante elucidativos para perceber o seu “primeiro mundo”.

Analisemos a família A como exemplo:

“Fui criado atrás dos velhotes lá po alentejo...eles andavam lá no carvão e naquilo (...) as brincadeiras... brincava com a minha irmã...e era...os automóveis...brincava aos automóveis e era com pedras...e era lá po meio do mato...os ninhos...” (Entrevistado 1 A, 59 anos, pedreiro)

“Brincávamos com bonequinhas...fazíamos os vestidinhos delas com várias pecinhas de retalhos...brincávamos com aquelas pedrinhas que eram as nichas...brincávamos a saltar à corda (...) lanchávamos com a nossa avó materna (...) fazer comidas nas forminhas de alumínio que nós tínhamos” (Entrevistada 2 A, 57 anos, assistente operacional hospitalar)

“Víamos filmes da disney e o batatoon (...) eu e o meu irmão chegávamos depois da escola e fechávamo-nos à chave em casa...brincávamos os dois e só fazíamos tonteiras...lembro-me que havia um estacionamento ao pé da nossa casa e nós atirávamos coisas aos carros tipo Ajax limpa vidros...e depois estávamos sempre a pegar com a nossa irmã (...) nós eramos se calhar um bocadinho hiperativos...estávamos sempre a fazer de tudo (...) lembro-me que íamos muito jogar à bola...quando estávamos de férias nas nossas avós fazíamos bolos (...) ou seja já daí tinha o gosto pela cozinha (...) as que eu mais gostava eram essas dos bolos e também às escondidas...e irmos fugir” (Entrevistado 5 A, 26 anos, cozinheiro)

“Gostávamos muito de ver filmes da disney (...) fazíamos uma coisa que eu gostava muito (...) metíamos-nos debaixo da mesa e fazíamos uma tenda...metíamos assim os lençóis à volta da mesa e andávamos com as molas a brincar (...) víamos muitos filmes e tentávamos imitar muitas coisas...fazíamos cabanas com os paus na relva com os nossos amigos (...) eu gostava muito da brincadeira das tendas...encarávamos uma personagem...e era muito engraçado (...) nas férias do verão íamos para o Tragal e brincávamos com uma prima de quem gostávamos muito (...) por coincidência víamos os mesmos desenhos animados e brincávamos todos juntos como as personagens...e com as molas (da roupa)...e também fazíamos muitos bolos de terra e com farinha e essas coisas todas...e misturávamos tudo” (Entrevistado 6 A, 26 anos, estudante ortóptica e ciências da visão)

A Família A dá-nos o exemplo de como as circunstâncias – estilo de vida, factos sociais e o desenvolvimento do self – moldam as atividades do indivíduo e, posteriormente, os seus interesses.

Por exemplo, os progenitores, apesar de serem da mesma geração, têm origens em regiões de desenvolvimento diferentes. O Entrevistado 1 A vem de uma terra pequena, onde as pessoas trabalhavam muito no campo e a Entrevistada 2 A vem de uma terra mais desenvolvida graças à indústria centrada na metalúrgica que aí se impunha. O que lhes proporcionou diferentes tipos de contacto em relação a tipos de brincadeiras, jogos e brinquedos. O acesso que tinham a determinadas atividades conferiu-lhes experiências diferentes e daí visões do mundo e interesses diferentes.

Também é importante salientar, que a época em que os referidos entrevistados viveram, foi demarcada por um regime de ditadura, o que acarreta uma série de limitações à socialização de cada indivíduo e das suas escolhas. Uma variável a ter em conta num outro estudo, que não neste, devido à sua complexidade.

Uma das curiosidades acerca desta família em particular é que os Entrevistados 5 e 6 A são gémeos verdadeiros e por isso é importante analisar também sobre essa perspetiva.

No caso de gémeos estamos perante variáveis muito semelhantes. A mesma idade, a mesma geração, a mesma fonte de educação, a mesma localidade de origem, o mesmo ambiente, a mesma classe social, etc.

Nesta fase das suas vidas, estes entrevistados ainda mantinham brincadeiras muito semelhantes, mas já começavam a ter preferências divergentes. Por exemplo, os dois apontam como brincadeira em comum fazer bolos: “*quando estávamos de férias nas nossas avós fazíamos bolos (...) ou seja já daí tinha o gosto pela cozinha*” (Entrevistado 5 A, 26 anos, cozinheiro); “*e também fazíamos muitos bolos de terra e com farinha e essas coisas todas...e misturávamos tudo*” (Entrevistado 6 A, 26 anos, estudante de ortóptica e ciências da visão). No entanto apenas o Entrevistado 5 lhe confere outra importância futura que não apenas uma brincadeira.

Não esquecendo que as teorias já referidas como os factos sociais de Durkheim (1995), o habitus de Bourdieu (2010), os estados de desenvolvimento do self de Mead (Giddens, 2009) ou a natureza e educação de Galton (1874) são como estímulos que atuam nos seres humanos e os torna mais abertos ao seu mundo social.

Quando se pergunta a uma criança “o que é que queres ser quando fores grande?” pode remeter-nos para uma ideia geral de como esta vê o mundo social e não só dos seus interesses a nível pessoal. A resposta dada pela criança pode fazer-nos pensar qual o motivo da sua escolha. Tudo isto pode levar-nos a questionar: enquanto crianças já nos são transmitidas noções de que teríamos de tomar uma decisão ou haveria uma pressão para seguir um certo caminho?

No exemplo do Entrevistado 5 A, algo que observou fazer, ainda em tenra idade, pode ter despertado o gosto pelo que faz hoje: *“o que me inspirou foi o gosto pela cozinha...por aquilo que a minha avó fazia”*. No entanto quando lhe era perguntado o que gostaria de ser em criança, já durante a escola primária, o entrevistado respondia: *“sabia que gostava da cozinha mas...nem fazia a junção das duas coisas...que a cozinha podia ser uma profissão...quando as pessoas me faziam essa pergunta eu respondia sempre que queria ser arquiteto...eu nem sei desenhar...mas lá está...se calhar gostava do nome arquiteto...e as pessoas iam dizer «olha aquele é um arquiteto»”*.

Em cada sociedade se atribuem estatutos desiguais às diferentes profissões e isso pode ter influência nas escolhas dos seus indivíduos. Muitos usam esse estatuto para se elevar na escala social em adultos.

Nota-se também, através das entrevistas, que existe um certo contraste entre estas famílias no que toca a noção de profissão em tenra idade. Isto poderá dever-se à geração ou aos estímulos proporcionados pela família.

Seguem-se as respostas à questão se já pensavam em profissões, ainda enquanto criança ou o que respondiam perante a pergunta *“o que queres ser quando fores grande?”*

“Nessa altura não se pensava muito nisso” (Entrevistado 1 A, 59 anos, pedreiro)

“Ainda não pensava (em profissões)” (Entrevistada 2 A, 57 anos, assistente operacional hospitalar)

“...não tinha noção disso” (Entrevistada 4 A, 33 anos, operária fabril)

“Não pensava em profissão porque não sabia...ou não tinha bem ideia o que é que seria uma profissão (...) normalmente nessa altura somos sempre influenciados (...) lembro-me de na altura de ver a minha avó a cozinhar...e de ouvir as histórias dela (...) sabia que gostava da cozinha mas...nem fazia a junção das duas coisas...que a cozinha podia ser uma profissão...quando as pessoas me faziam essa pergunta eu respondia sempre que queria ser arquiteto”. (Entrevistado 5 A, 26 anos, cozinheiro)

“Lembro-me disso e recordo com alguma saudade...eu sempre gostei muito de animais (...) mas em especial sempre gostei muito de animais marinhos (...) claro que eu não sabia sequer o que era biologia marinha (...) mas o que nós tínhamos na altura era imaginação...como quando dizíamos «eu gostava muito de ser super herói»...sabemos que isso não é possível...depois em adultos sabemos que não é possível” (Entrevistado 6 A, 26 anos, estudante de ortóptica e ciências da visão)

“Não pensava nisso (em profissões)” (Entrevistado 7 B, 53 anos, empresário ramo agrícola)

“Querida ser procuradora...porque na altura brincava muito com crianças e era amiga das meninas do patronato...e as meninas do patronato o tribunal é que as punha lá...na altura não chamava procuradora (...) na altura era alguém que defendia os interesses das minhas amigas” (Entrevistada 8 B, 55 anos, assistente social)

“Querida ser produtor...querida ter uma quinta...com os meus animais” (Entrevistado 9 B, 17 anos, estudante 11º ano área de ciências)

“Cabeleireira...” (Entrevistada 10 B, 15 anos, estudante 9º ano)

“Piloto da Força Aérea...porque vivia perto de uma base aérea...estava sempre a ver passar os helicópteros e os aviões em Tancos e sempre foi o meu gosto...o voar...sempre me interessei muito pelo voo...e sempre estudei e trabalhei no sentido de lá chegar” (Entrevistado 11 C, 52 anos, técnico de engenharia)

“Desde muito nova sempre desejei ser médica (...) ah e também gostava de ser escritora...gostava de escrever...quando comecei a ir para a escola sempre gostei muito de ler...portanto comecei a desenvolver um gosto muito próprio pela leitura...sempre li muito...e escrevia...não escrevia poesia...escrevia prosa...mas em termos de profissões imaginava-me a ser médica...até aí por volta do meu décimo ano sempre disse que queria ser médica...sempre tive essa orientação...e era médica de uma área muito específica que era psiquiatria” (Entrevistada 12 C, 50 anos, psicóloga)

“Tinha aquelas profissões que toda a gente diz...futebolista...bombeiro...” (Entrevistado 13 C, 16 anos, estudante 10ºano área de artes visuais)

Através destes excertos podemos verificar que existem linhas de pensamento que conduziram aos seus projetos profissionais futuros, como é o exemplo da Entrevistada 12 C, que embora não tenha seguido o ramo da psiquiatria, não fugiu muito ao seu objetivo, formando-se na área da psicologia.

Ainda assim, podemos observar, que a maioria não seguiu as suas ideias iniciais.

Num outro ponto, a noção de profissão parece estar mais presente nas famílias B e C. Que tipo de estímulos sociais virão associados a esta diferença? Dever-se-á ao habitus ou ao desenvolvimento da construção do self? No entanto é de notar que na Família B apenas um dos progenitores teve ideias precoces de profissão e na Família C os dois progenitores têm ideias precoces de profissão. No entanto na Família B pode-se afirmar que os dois filhos tinham uma ideia de profissão em idade precoce, enquanto que o filho dos progenitores da Família C é mais vago na mesma idade. O curioso é que o entrevistado jovem da família C, ao contrário dos da Família A, demonstra uma mudança radical durante a entrada na escola

primária o que nos pode remeter de volta à ideia original dos estímulos derivados da construção do self e do habitus.

“Designer de Automóveis...houve assim uma mudança de pensamento...gostava de automóveis...e dos desenhar” (Entrevistado 13 C, 16 anos, estudante 10ºano área de artes visuais)

De facto, seja qual for a origem da noção de profissão dos indivíduos da sociedade moderna – classe social, geração, práticas educativas parentais – é certo que poderá vir a ter algum peso na nossa opção futura.

Noutros tempos, as pessoas tinham uma liberdade de escolha muito limitada e no caso das mulheres ainda era mais evidente. Esta não era uma questão colocada na infância. Na sociedade atual, este tipo de liberdade de escolha foi adquirindo maior amplitude. As orientações tradicionais continuaram a ter um peso bastante forte sobretudo nas famílias com uma situação mais precária (Abrantes, 2012).

“Não pensava em profissão porque não sabia...ou não tinha bem ideia o que é que seria uma profissão (...) normalmente nessa altura somos sempre influenciados” (Entrevistado 5 A, 26 anos, cozinheiro)

Estas influências mencionadas pelo Entrevistado 5 podem estar presentes não só na origem como também em todo o processo do desenvolvimento do nosso papel profissional ao longo da infância, da juventude e até na maturidade.

Contudo uma grande influência pode vir da nossa primeira fase de socialização – a família e as práticas educativas parentais.

6. INSTITUIÇÃO FAMILIAR E INSTITUIÇÃO ESCOLAR

“Líamos muito...comecei a ler muito cedo...antes de entrar para a escola já lia...lia por exemplo os livros da Anita e lia os livros dos Cinco...na primeira classe só lia livros dos Cinco (...) os meus amigos não liam...é que eu tinha uma mãe que era professora” (Entrevistada 8 B, 55 anos, assistente social)

Grande parte do que somos e do nosso papel social provém da nossa família. Na sociedade moderna, toda a nossa primeira fase de socialização acontece no meio familiar. E os padrões dessa socialização podem ser bem diferentes consoante as práticas educativas, a classe social ou a região onde se cresce (Giddens, 2009).

A família tem “nas suas mãos” o poder de incutir uma base de normas, valores e crenças capazes de moldar o indivíduo de formas impressionantes.

Quando um casal decide ter filhos é esperado que as suas principais funções sejam proteger e preparar o filho para o futuro. Isso implicaria que apenas se pensasse num futuro social ou também individual? Por outro lado, existe a escola. E o que é a escola? E para que serve?

Em Portugal, desde 1986, que a instituição escolar se rege pela lei de bases do sistema educativo.

“O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.” (Lei nº46/86, Capítulo 1, Artº1, Ponto 2)

Segundo a Lei do Sistema Educativo Português, a escola assume o papel de fazer uma preparação para o mundo social exterior de modo a favorecer e a manter a estrutura da sociedade através de desenvolvimento, progresso e democratização.

As questões a nível social foram abordadas durante o focus group a cada uma das famílias entrevistadas. A forma como veem a instituição escolar e o seu âmbito na sociedade pode ser muito diferente para variadas pessoas.

“A escola é onde nós aprendemos...são os nossos segundos pais...serve para nos dar educação” (Entrevistado 5 A, 26 anos, cozinheiro)

“A escola não é para dar educação...quem dá educação são os pais...não é a escola” (Entrevistada 4 A, 33 anos, operária fabril)

Na mesma família – Família A – temos um confronto sobre qual é o real objetivo da escola. Se a família assume o papel de nossos encarregados de educação, porque precisamos de passar anos na instituição escolar?

Talvez o ponto esteja em como, de facto, vemos a palavra “educação”. De que tipo de educação estamos a falar? A educação dada pelos encarregados de educação é diferente da educação dada pela escola? Uma poderá existir sem a outra?

“A escola...na minha opinião...é um complemento de educação...porquê...porque as crianças têm que ter educação em casa...e na escola as pessoas têm que ter uma continuação dessa educação...mas em termos da sociedade...em dar-se com as outras pessoas...porque em casa as pessoas dão-se com os pais...e com os irmãos e primos...mas na escola dão-se com professores...dão-se com colegas...com auxiliares...com toda a gente” (Entrevistado 6 A, 26 anos, estudante de ortóptica e ciências da visão)

Houve, obviamente, um esclarecimento em relação ao tipo de educação, no discurso do Entrevistado 6 A, a que se referia. Este salienta dois tipos de educação. A educação a nível mais informal, dentro do seio familiar, e a educação social: aprender a lidar com os outros.

É interessante perceber que uma palavra que à partida parece ter um significado tão abrangente, e que pode facilmente ser confundido, é alvo de controvérsia.

Realmente podemos estar perante dois conceitos diferentes. A educação em si, geral e portadora de vários outros conceitos e escolarização. A educação, seja formal ou informal, dentro ou fora da escola, permite a aquisição de uma série de competências, sejam elas teóricas ou práticas. Quando se trata de escolarização, fala-se de uma educação formal, dada numa instituição escolar. Todos os conhecimentos adquiridos nessa instituição são constituintes de um curriculum académico que nos permitirá abrir um leque de opções futuras muito maior.

“Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho” (Lei nº46/86, Subsecção II, Artº9, Alínea f)

De acordo com este artigo, o sistema de ensino também nos mostra que a escola é uma instituição que visa explorar as nossas competências a nível profissional de modo a estarmos preparados para o mundo do trabalho.

Será que o papel da escola está destinado apenas em criar um processo de seleção de modo a todos contribuirmos para a sociedade em adultos, seja qual for a nossa realização pessoal? Como se concretiza este ponto na socialização dos indivíduos?

Na sua teoria da racionalização, Max Weber percebeu que: o que melhor distingue a nossa sociedade moderna da sociedade do passado é a forma de pensar (Giddens, 2009).

De facto, as sociedades estão a tornar-se cada vez mais racionais e estritamente organizadas. Daí ter surgido teorias acerca da burocracia.

A burocracia é um sistema de normas racionalmente definidas pelas instituições sociais. Existe uma série de objetivos para a burocracia existir e, assim como Weber, Robert Merton decidiu tentar chegar aos alicerces da burocracia e o real objetivo por detrás desta.

Embora Weber soubesse que a burocracia tinha as suas falhas, tais como: falta de criatividade e muita desumanização, também defendia que este era o preço a pagar pelas sociedades modernas para que a sociedade fosse composta de instituições por excelência e apelasse à prosperidade económica. Já Merton tentou chegar às suas falhas mais destrutivas (Giddens, 2009)

A verdade é que a burocracia torna as instituições muito mais organizadas, de modo que podem tornar-se menos suscetíveis a falhas. No entanto, também as padroniza e desumaniza. Ao criar esta rotina de impessoalidade e divisão no trabalho, a burocracia desfaz qualquer possibilidade que os funcionários de uma instituição burocrática possam ter para conhecer inteiramente o seu funcionamento. Cada um apenas sabe uma ínfima percentagem através da tarefa que lhes foi concedida. Assim como as pessoas exteriores. Por exemplo, tratando-se de uma instituição pública sabe-se que é praticamente impossível perceber todo um sistema de complexos procedimentos para se resolver, por vezes, a mais simples das questões.

Apenas assim, a burocracia consegue, de certo modo, fazer um controlo e previsibilidade dos procedimentos. Por outras palavras, a burocracia exerce controlo sobre a população.

Imagine-se o seguinte exemplo da burocracia em Portugal: se se pretendesse criar uma associação sem fins lucrativos apenas se precisaria de preencher um formulário simples na “Associação na Hora”. Contudo, o que, aparentemente parece ser de uma grande simplicidade pode estar na origem de uma grande carga de trabalhos. Porque de repente pode-se estar frente a frente com determinados prazos para toda e qualquer tarefa, que se não forem cumpridos, pode-se estar sujeito a penalizações monetárias. Em suma, o que a “Associação na Hora” promete como fator facilitador é apenas um cabeçalho com o nosso nome enviado diretamente para a repartição das finanças, que por sua vez ficará atenta a qualquer passo em falso. Este tipo de armadilhas burocráticas são extremamente comuns na sociedade moderna e impedem que “qualquer um” faça “qualquer coisa”. E, assim como esta, existem vários exemplos de seleção social.

A escola, tratando-se de uma importante instituição social, é uma fonte avassaladora de desigualdade e seleção social.

Podemos ver o exemplo dos rankings de avaliações escolares ou o quadro de honra, que apenas ilustram um tipo de inteligência – cognitiva – desprezando qualquer outra ideia de inteligência.

“As escolas e os professores só querem que os alunos tenham boas notas a todas as disciplinas” (Entrevistado 6 A, 26 anos, estudante de ortóptica e ciências da visão)

Se considerarmos o exemplo do Entrevistado 1 A e o seu discurso na entrada para a escola, podemos verificar que a escola não está preparada para receber pessoas fora dos seus padrões escolares.

Como já foi referido anteriormente, Basil Bernstein (1986), defendia a existência de códigos da linguagem nos diferentes alunos quando entravam para a escola.

“Quando entrei para a escola foi um bocado complicado (...) tava habituado a lidar com muito poucos jovens...os primeiros dias de escola foi complicado” (Entrevistado 1 A, 59 anos, pedreiro)

Vindo de um meio mais rural e de pouca população jovem, poder-se-á dizer que o Entrevistado 1 A foi vítima dos códigos de linguagem de Bernstein. Que tipo de implicações terá tido no seu futuro?

Basil Bernstein veio descrever a existência de códigos de linguagem que podem estar na origem de algumas das desigualdades escolares.

As crianças tendem a desenvolver um estilo de discurso de acordo com o meio em que vivem e da família com quem vivem. E esse discurso, muitas vezes, não corresponde ao discurso académico usado pelos professores em regime de sala de aula e pelo sistema educativo.

Bernstein mencionou dois tipos de códigos: código restrito e código elaborado. O primeiro refere-se àquele normalmente usado pelas famílias vindas de meios mais modestos que usam um discurso muito marcado pelo contexto cultural em que vivem. Já o código elaborado pertence àquelas crianças capazes de gerar discursos menos limitados a contextos particulares.

Em suma, o nosso discurso varia de acordo com a nossa origem e de acordo com o discurso utilizado pela nossa família – com quem se aprende a falar e também se aprende todas as normas culturais. Tendo em conta que tanto algumas das crianças, como os professores – geralmente oriundos da classe média – como o sistema educativo são portadores de um discurso elaborado, a criança de discurso restrito irá ver-se numa situação de confusão e tentará “traduzir” o discurso ouvido para o seu, muitas vezes, sem sucesso.

“Fiz a sexta classe e também fui pa industrial (...) chegou a uma certa altura (...) também levei um bocadinho a adaptar-me com a mudança de escola...aquilo lá com a malta mais velha...eles davam cacetada na gente...havia aquelas chantagens...e eu não gostava muito daquilo...pronto...nesse ano passou toda a gente (ano em que se deu a Revolução dos Cravos)...eu como desisti antes de acabar o ano...pronto na passei (...) se calhar se tivesse passado tinha andado mais pa frente...olha fui pas obras e pronto” (Entrevistado 1 A, 59 anos, pedreiro)

Tudo indica que as mudanças que existiam no mundo escolar para o Entrevistado 1 A eram difíceis de aceitar. Principalmente, as que provinham do âmbito social. A adaptação tornou-se mais difícil devido a comportamentos menos adequados dos pares.

Quantos jovens terão desistido da escola em situações semelhantes ao Entrevistado 1 A? Não se sentindo encaixados, acabam por desistir sem perceber a forma total das implicações da ação no seu futuro.

Excerto Focus Group Família B:

“A escola é um local onde é suposto aprender alguma coisa em termos académicos...às vezes não corresponde às expectativas académicas que nós temos (...) às vezes aquilo que aprendemos na escola está um bocadinho desfasado daquilo que deveria ser realmente a realidade...e aquilo que deveria ser as aprendizagens e os conteúdos de determinadas disciplinas” (Entrevistada 8 B, 55 anos, assistente social)

“Não concordo...tudo o que aprendemos na escola aprendemos por um motivo...e tudo interessa na nossa vida (...) dever-se-ia aprender o que aprendemos e dever-se-ia aprender mais” (Entrevistada 10 B, 15 anos, estudante 9ºano)

“Concordo e não concordo com o que a minha irmã disse...porque...por um lado...eu acho que a nossa escola está preocupada mais em ensinar-nos o que temos de saber para fazer um teste...e ensina-nos a decorar e não a perceber...nós viemos para casa para decorar a matéria toda para depois escrever no teste e para depois irmos para casa...e pronto está feito...e muitas vezes não se preocupam se nós aprendemos mesmo a sério e se aprendemos as coisas importantes...muitas vezes como ser alguém na vida...como ser boa pessoa e...deixam isso para trás e preferem ensinar-nos a fórmula resolvente...e vamos esquecer-nos para a semana” (Entrevistado 9 B, 17 anos, estudante 11ºano área de ciências)

Só deste excerto sobre a escola, poderemos ter uma pequena ideia – ou várias pequenas ideias – de como pode ser vista a instituição escolar.

A Entrevistada 8 e o Entrevistado 9 B apontam para aspetos mais negativos da escola. De facto, muitas empresas se queixam da má preparação dada pelas escolas – sobretudo no ensino superior – em termos práticos. De nada serve haver tanta teoria e pouco ser posto em prática.

A Entrevistada 10 B defende que os conhecimentos dados pela escola deveriam ser mais valorizados, até porque é sempre bom aprender, seja qual for a matéria. Tudo o que aprendemos tem alguma importância.

De facto, a aprendizagem tem uma importância vital nos indivíduos, principalmente em tenras idades, mas será que devemos mesmo aprender tudo? Ou será que deveríamos

aprender aquilo que quereríamos aprender como defendia Illich, descrito no Capítulo da Socialização?

“A escola é uma instituição pública para supostamente preparar os cidadãos para o futuro” (Entrevistado 13 C, 16 anos, estudante 10ºano área artes visuais)

“Pública ou privada também...a ideia é proporcionar o melhor ensino possível de acordo com os programas estabelecidos...agora se esses programas estão muito de acordo com a atualidade...teriam que provavelmente ser melhorados consoante as áreas” (Entrevistado 11 C, 52 anos, técnico de engenharia)

“É um espaço público ou privado...onde...cuja suposta principal função é a transmissão de conhecimentos...mas eu acho que a escola tem que transcender isso e não ser só um espaço de transmissão de conhecimentos e de preparação para a vida futura...mas também um espaço que proporciona aos alunos a aquisição de uma série de competências importantes como pessoas...cidadania e essas coisas todas” (Entrevistada 12 C, 50 anos, psicóloga)

Numa visão global, a influência escolar – quer sejam professores, assistentes, psicólogos ou outros profissionais – é uma questão importante no que toca ao projeto do indivíduo em termos profissionais. No entanto não podemos deixar de sublinhar a importância do próprio grupo de pares onde se insere e se estes são, ou não, aceites pela família, como sendo um dos sistemas mais importantes na socialização.

“A família é muito importante no que toca à escolha de uma profissão...muito importante em termos de auxílio...em termos de ajuda...não em termos de decidir aquilo que o filho deve seguir (...) em termos de apoio daquilo que a criança quer...sem falar no dinheiro...eu acho que a família é muito importante nessa vertente (...) tenho muitos colegas meus que estão lá só porque os pais queriam que lá estivessem...ser ortopedista...oftalmologista...«tens de ser aquilo»...mas não têm vocação para aquilo...não têm...mas os pais quiseram assim e eles fazem assim” (Entrevistado 6 A, 26 anos, estudante ortóptica e ciências da visão)

Excerto focus group Família B:

“A família pode ser exemplo...só” (Entrevistado 7 B, 53 anos, empresário ramo agrícola)

“A família influencia de alguma forma” (Entrevistada 8 B, 55 anos, assistente social)

“Pode ser influenciado pelo lado negativo...a não seguir aquela vida... (dirigindo-se ao pai) o teu avô era militar...o teu pai era militar...o teu irmão é militar...pode não ter nada a ver...mas influencia sempre” (Entrevistado 9 B, 17 anos, estudante 11ºano área de ciências)

“E eu não sou militar porque o meu pai era militar...e o meu avô era militar...e o meu irmão é militar” (Entrevistado 7 B, 53 anos, empresário ramo agrícola)

(dirigindo-se ao marido) *“Tu quiseste ser do contra?”* (Entrevistada 8 B, 55 anos, assistente social)

“Não fui do contra...normalmente sou do contra...eu sou daqueles gajos que quando vai tudo pa aquele lado alguma coisa está mal...se vai tudo pali há qualquer coisa que tá mal para irem todos pali...temos que ir ver o outro lado...o outro lado pode ser mais interessante...e por vezes é” (Entrevistado 7 B, 53 anos, empresário ramo agrícola)

“Influencia sempre...ou pelo aspeto negativo do «eu não quero ser como» ...e vai-se por um caminho ao lado...completamente ao lado...ou és uma referência positiva...e vai receber-se alguma coisa dali...agora perguntas «mas tu tens assistentes sociais na tua família?»...não...não tenho assistentes sociais na minha família...mas não deixa de ser curioso a minha mãe ter sido professora e os meus irmãos...um era psicólogo e o outro é de direito mas está em gestão de empresas...o outro está na área dos recursos humanos e eu sou assistente social...agora perguntas assim «isso teve alguma influência em termos da tua família?» ...provavelmente terá na maneira como eu fui educada e na forma como era alertada para as questões com pessoas...e isso devo à minha mãe...seguramente” (Entrevistada 8 B, 55 anos, assistente social)

“Mas não é sempre...se eu quisesse ser cabeleireira...eu não vou ser cabeleireira porque a minha mãe foi cabeleireira (...) eu vou seguir o meu caminho...se a minha mãe era cabeleireira foi uma coincidência” (Entrevistada 10 B, 15 anos, estudante 9ºano)

“Quando eu ponho os meus filhos a ler alguma coisa...ou a ver alguma coisa...ou lhes compro determinado objeto...eu estou a moldá-los à minha imagem...mas faço isso de uma forma involuntária” (Entrevistas 8 B, 55 anos, assistente social)

Deste excerto do focus group da Família B entramos num tema controverso. Até que ponto a família poderá influenciar a sua prole?

Tal como já foi referido no capítulo da socialização, tudo podem ser influências: dos ensinamentos familiares à escola, da natureza à criação, dos factos sociais ao habitus. A influência da família é sim um dos pilares, mas não é o único. E tal como foi referido pela Entrevistada 8 B, qualquer ação vinda da família é uma influência, ainda que involuntária.

No entanto resta-nos uma questão importante: a relação família-escola.

“Os pais queixam-se muito da escola e imputam muitas coisas à escola quando a responsabilidade é dos pais...primeiro ponto...os pais devem de ter cada vez mais uma atitude participativa dentro da escola...a escola é um espaço aberto...é um sistema aberto...e

os pais deveriam ser chamados permanentemente à escola...deveriam conseguir falar...uma coisa tão simples como falar com o diretor de turma...a maior parte dos pais não vai...passam um ano inteiro sem falar com o diretor de turma...chega aquelas reuniões que são obrigatórias...quando vão...a maior parte dos pais nem sequer vão recolher as notas...ou seja os pais passam a ideia de um desinvestimento...os pais desinvestem da escola (...) eu se quero que o meu filho invista na escola...tenha uma boa atitude perante a escola...e a escola seja um espaço feliz para ele...eu tenho de lhe passar estes valores...fazê-lo perceber que a escola é importante...e como a escola é importante...eu como encarregada de educação tenho de estar presente na escola...eu tenho de ser...este ano não fui finalmente...mas tenho sido eu a responsável de encarregados de educação...mas para o ano vou voltar a ser porque me vou oferecer outra vez...eu acho que é importante...se os outros pais tiverem dúvidas telefonam-me” (Entrevistada 12 C, 50 anos, psicóloga)

“Os pais pensam muito na escola quando chega as férias... «onde os vou pôr agora?» ... agora vão ter de os pôr num ATL que custa tanto por mês (...) os pais não participam muito...há pais que não conseguem por razões profissionais...apesar de estar previsto na lei” (Entrevistado 11 C, 52 anos, técnico de engenharia)

“Para além disso...os diretores de turma são tão disponíveis que disponibilizam até o email deles...eu com a diretora do 8º e 9º ano do meu filho nem precisava de ir à escola...bastava mandar um email que ela respondia...e alguns disponibilizam o telemóvel pessoal...que eu acho que nem têm de o fazer mas alguns disponibilizam (...) os pais não podem criticar se não participarem...temos de ter noção que os nossos filhos têm um comportamento completamente diferente na escola do que aquilo que têm em casa...e é importante conhecermos o comportamento deles na escola e perceber as relações deles da escola e perceber com quem é que eles se dão e com quem é que eles não se dão e se têm problemas ou não têm e isso só é possível se os pais participarem e forem à escola e perguntarem...porque senão não sabem” (Entrevistada 12 C, 50 anos, psicóloga)

“A ponte de ligação entre a escola e a família é o aluno e o encarregado de educação...ou seja tem de haver uma boa comunicação de ambas as metades para que o principal interessado...o aluno...tenha melhor partido dos dois lados...tanto um bom ambiente escolar como familiar...isto acaba por ser um sistema tripartido que conecta as três partes...para haver uma ponte entre a escola e a família...a família tem de estar ligada à escola e vice-versa” (Entrevistado 13 C, 16 anos, estudante 10ºano área artes visuais)

“A escola...cada vez mais...incentiva os pais a participarem...há associações de pais...a maior parte dos pais não se inscreve nas associações dos pais...não vai às

reuniões...não se preocupa...só se preocupa com os resultados escolares...que é chegar ao final e ver lá a pauta...«o meu filho teve 4 ou teve 5 ou não sei quê»...e o que se passa durante aquele período inteiro não...pronto...os diretores de turma sensibilizam...avisam para estarem atentos aos trabalhos de casa dos alunos...estarem atentos às cadernetas...a maior parte dos pais nem assina recados nas cadernetas...nem se preocupa...eu sempre fui daquelas mães que sempre viu a mochila dele...agora no décimo ano não...porque ele agora já não tem caderneta...sempre me preocupei se ele tinha o estojo ou o lápis ou não sei quê...ou seja faltas por material escolar ele não tinha...ele sempre se organizou nesse aspeto mas não tinha (falta de material)...e sempre me preocupei ao final de cada dia de ver a caderneta para ver se havia algum recado da caderneta para mim ou não (...) agora a partir do décimo os recados vêm via email” (Entrevistada 12 C, 50 anos, psicóloga)

“A relação é muito importante...esta proximidade...desde que ambas as partes estejam disponíveis para isso” (Entrevistada 8 B, 55 anos, assistente social)

“A relação família escola é muito importante...se a minha mãe não fosse todos os dias à escola porque era chamada...porque eramos rebeldes...nós continuávamos a ser rebeldes até ao décimo segundo ano...foi um trabalho bem feito” (Entrevistado 6 A, 26 anos, estudante de ortóptica e ciências da visão)

A Família C, debruça-se muito sobre a relação família-escola, dado que é uma participante ativa neste sistema. Refere a ideia da importância de uma relação saudável entre a escola e a família e de como a escola é um sistema aberto que apela à participação dos encarregados de educação na vida dos alunos.

Relativamente à Família B, apesar de mencionar a sua importância, sublinha a disponibilidade de ambas as partes.

Por último, verifica-se que a Família A refere esta relação como sendo indispensável para um comportamento adequado às exigências escolares.

Assim como referido neste mesmo capítulo, os papéis educativos entre a escola e a família são de âmbitos diferentes, embora se complementem. Até porque em termos de educação social, as duas instituições partilham a tarefa de transmitir conhecimentos sociais, económicos, culturais, etc.

As aprendizagens da família mantêm-se num plano mais emocional e vitalício. Enquanto que a escola deve permanecer mais centrada na passagem de conhecimentos a nível programático (Araújo, 2015) – embora sem deixar de lado os conhecimentos de nível cívico – e limitado no tempo.

A escola também permite aprendizagens ao nível da autonomia e relações interpessoais e a família deverá concentrar-se na segurança e apoio aos filhos (Araújo, 2015).

7. ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E VOCACIONAL: FOCO E VISÃO SOCIAL

Atualmente, qual a fase da vida ideal para se escolher uma profissão? A fim de se perceber as ideias provindas dos entrevistados ao assunto perguntou-se “Porque terão os jovens de fazer uma escolha de área tão cedo?”

“Na minha opinião isso é uma estupidez...porque as pessoas não estão preparadas para escolherem aquilo que querem...ou para saberem aquilo que querem em tão pouco tempo...têm de escolher (...) têm de ter um bocado de experiência de vida” (Entrevistada 4 A, 33 anos, operária fabril)

Durante as entrevistas observou-se que os elementos entrevistados abordaram este assunto de maneiras diferentes, mas com alguns pontos de convergência, nomeadamente a idade precoce em que os alunos se deparam com a decisão sobre uma profissão futura, entendendo que não estão preparados em termos sociais e individuais. Para além disso, um dos elementos apontou para a ausência da importância que a escola fornece para o tipo de competências que cada aluno tem.

“Concordo plenamente...e na minha opinião eu acho que isso tem a ver mais com a mensagem que é passada...neste caso também acaba por ser passada pelos pais...mas que é comum na sociedade...que é...tu tás na escola e quando tu és maior de idade...acabas por ser maior de idade em termos de responsabilidade...mas não quer dizer que tu és maior de idade para começar a fazer qualquer coisa em termos de carreira profissional...” (Entrevistado 6 A, 26 anos, estudante ortóptica e ciências da visão)

“Temos mas não temos maturidade para seguir isto...porque vai ser para a nossa vida...nós estamos a decidir aos 15 anos uma escolha que nós vamos ter que aceitar aos 65 anos de idade...é assim é um bocado difícil...com 15 anos é uma escolha complicada” (Entrevistada 10 B, 15 anos, estudante 9ºano)

Nesta última citação, temos uma estudante que está a passar por este mesmo processo neste exato momento. Talvez ninguém possa saber melhor como é o processo de escolha do que os alunos que se encontram nesta fase, no nono ano de escolaridade.

“Não se deveria...porque é que as pessoas são obrigadas a escolher...não sei porquê...não sei se há algum estudo sobre isso...se é nesta altura que tem de se escolher...não sei se têm maturidade suficiente para a escolha...a escolha que temos de fazer nesta altura do nono ano com 14 anos ou 15 anos tem muito a ver com a nossa relação com os pares...isso pesa muito nas nossas decisões...sobretudo quando estamos ali a balançar entre uma parte e outra...é a nossa relação...é as nossas amizades que vão pesar...única e exclusivamente...como dizia a minha filha...depois isso vai nos acompanhar ao longo da vida...embora eu ache que hoje em dia se chega a um patamar...ao 12ºano...já são capazes de fazer aquilo que na minha altura não eram capazes de fazer...voltar atrás...fazer um rewind e recomeçar...no sentido de «então vamos atinar com isto...temos dois ou três anos mas vamos ganhar um percurso de vida muito mais satisfatório» (...) os miúdos não deviam ser obrigados a decidir nesta idade porque os outros fatores...nomeadamente o fator afetivo...pesa muito na nossa decisão...afetiva na relação com os pais” (Entrevistada 8 B, 55 anos, assistente social)

“Não devia ser feita sequer...se o ser humano só é considerado adulto aos 18 anos e é livre para fazer decisões aos 18...ser tratado com mais respeito do que ser adolescente ou criança...então porque é que nessa fase tão precoce tem de ser dito «começa já a pensar» ou então «tens estas escolhas...faz agora...é isto»...não faz sentido...deveriam haver várias fases...não só transição de nono para o décimo e perguntar que curso querem...deveriam haver várias transições e começando bem mais cedo do que no nono ano...até a uma fase mais tardia” (Entrevistado 13 C, 16 anos, estudante 10ºano área de artes visuais)

“Acho que faz sentido o que o meu filho está a dizer...às vezes achamos que o nono ano é cedo mas depois também...talvez se se começasse mais cedo a delinear a carreira das pessoas...não sei...é um bocado complicado de responder...também não sei se é do nono po décimo que é o momento exato” (Entrevistado 11 C, 52 anos, técnico de engenharia)

“A maioria dos nossos jovens no nono ano têm 13 14 15 anos...alguns não têm maturidade suficiente para fazer uma escolha definitiva...e acho que o sistema de ensino devia estar preparado para se preocupar mais com as competências...com o saber fazer...com as competências de cada aluno e delinear desde mais cedo um projeto educativo ou mais acompanhado...que permitisse aos jovens...de facto verem onde se sentem melhor ou pior...ao nível das suas competências...e isso se calhar permitiria escolhas muito mais acertadas e muito mais concretas e mais definidas...e se calhar realmente eles não têm maturidade psicológica para fazerem estas escolhas com o nono ano...às vezes nem com o décimo segundo ano” (Entrevistada 12 C, 50 anos, psicóloga)

Nota-se que na maioria das respostas, os indivíduos adultos e jovens reportam a dificuldade de escolha, principalmente pela “ausência de maturidade”.

De acordo com os entrevistados que ainda frequentam o ensino obrigatório, chegados ao nono ano, os alunos iniciam aulas, de inscrição voluntária, para serem acompanhados por um profissional – psicólogo ou técnico de serviço social – para lhes realizar testes a nível psicotécnico.

Embora existam vários testes diferentes, todos eles têm como tendência chegar a um resultado satisfatório acerca dos interesses de cada aluno.

A razão pela qual – ou uma das razões – porque se fazem escolhas de área no final do nono ano é para prevenir que os alunos, menos abertos a certas matérias de estudo, abandonem a escola. No entanto, devemos interrogar-nos se esta prevenção estará a ser levada a cabo da melhor forma. Até porque estas escolhas poderão estar a passar uma mensagem de irreversibilidade, incompatível com os desejos dos mais jovens. Afinal, ninguém gosta de atrasar o futuro por mais um, dois ou três anos sem ter tudo muito bem pensado.

No entanto, é muito difícil fazer uma escolha acertada de uma atividade, pela qual teremos de dedicar o nosso tempo, ao longo dos próximos trinta ou quarenta anos.

Por volta da década de 1970, um psicólogo de nome Walter Mischel, realizou um estudo chamado de “teste do marshmallow” na Universidade norte-americana de Stanford (Goleman, 2014).

O teste em si parecia muito simples. Numa sala desprovida de quaisquer distrações, foi colocada uma mesa com um marshmallow. E, cada uma na sua vez, foi entrando uma criança de quatro anos. Walter propunha o seguinte às crianças: “Se quiseres, podes comer o teu marshmallow, mas se esperares até eu voltar, poderás comer dois marshmallows”.

A sala não continha quaisquer brinquedos ou imagens, nada de nada. O que apenas significa que estas crianças teriam um imenso desafio em se distrair do objeto de desejo. Se levasse a cabo a sua meta e conseguir esperar, revelaria um elevado domínio sobre si mesma.

Os resultados mostraram que um terço das crianças agarrou logo o doce e começou a comê-lo. Outro terço esperou durante quinze minutos – até à volta de Walter – e acabou por superar o desafio, ganhando os dois marshmallows. E, ainda houve outro terço que ficou pelo meio.

Um teste de aparência um pouco dolorosa, tendo em conta a idade das crianças, mas que nos revela a capacidade que temos para nos focarmos nos nossos objetivos e de como isso é importante para o nosso sucesso.

No entanto, este exemplo não é elucidativo o suficiente para explicar porque não somos capazes de tomar decisões de longo prazo com tanta facilidade quanto as de curto prazo.

A verdade é que o ser humano é um ser biologicamente preparado para comer, dormir, cuidar, procriar, e todas as ações necessárias à sua sobrevivência. Porém, não está preparado para compreender certos sistemas que permitem a tomada de decisões a longo prazo. O nosso cérebro é biologicamente incapaz de o fazer. Vários cientistas das áreas das ciências naturais têm vindo a alertar para isso mesmo (Goleman, 2014).

Imaginemos que nos deparamos com um leão no nosso caminho. O nosso instinto mais primitivo incita-nos a fugir. Isto acontece porque o cérebro humano tem uma amígdala que faz disparar hormonas como o cortisol e a adrenalina. Estas hormonas alertam o indivíduo de uma ameaça iminente e prepara-nos para uma ação imediata. E se o cérebro passa a mensagem de perigo, o nosso impulso será correr.

O mesmo poderá não acontecer se tivermos perante um perigo de longo prazo, como são exemplo as questões ambientais, que nos são colocadas como riscos a longo prazo (Goleman, 2014).

Tudo isto para referir a dificuldade para o ser humano – ainda mais para jovens de catorze ou quinze anos – para tomar uma decisão que está tão longe do seu presente.

Obrigando os jovens – algo imaturos – poderá constituir um acto de violência psicológica que, alegadamente, será originário de sérios problemas no futuro.

Bruno Dionísio, faz uma breve abordagem às funções de orientadores vocacionais nas escolas secundárias portuguesas. Durante a sua investigação foram feitas entrevistas a quatro orientadoras (Dionísio, 2015, “O que os orientadores fazem com os alunos?” Em “Futuro em Aberto”, pp.129-154).

Uma das orientadoras alerta para casos de falsificação de testes. Tanto porque os alunos descobrem como funcionam e querem manipular os resultados ou simplesmente não querem saber e dão respostas aleatórias. É claro que isto torna os testes inválidos, mas em ambas as situações estamos perante a mesma situação: os alunos aborrecem-se com testes de tão longa duração.

Outro tema abordado pelas orientadoras do artigo de Dionísio é o estigma associado ao ensino profissional. Muitos pais não querem que os seus filhos sigam essa direção e vão contra a orientação recomendada, o que poderá prejudicar seriamente o futuro dos filhos.

As preocupações em relação a escolhas demasiado precoces e com “demasiadas certezas” revela imaturidade por parte dos jovens que as fazem. De certo modo acabam por se

fechar a mais hipóteses e cair no erro de seguir uma opção pela qual, mais tarde, se arrependerão.

Na ordem de uma questão já apresentada nesta dissertação, Dionísio aponta para a importância da gestão entre a ordem social e a realização pessoal, no que toca à orientação aos alunos por parte da instituição escolar.

De facto, hoje em dia, existem profissões onde há falta de profissionais e outras onde há profissionais a mais. Esta situação poderia ser colmatada com algumas políticas sociais de forma a equilibrar a realização pessoal de cada indivíduo e as ofertas no mercado de trabalho.

Um dos grandes exemplos que melhor ilustram esta situação é a medicina. Sabemos que há falta de médicos de família por todo o país, no entanto os cursos de medicina estão cheios. Segundo, Carlos Diogo Santos para o jornal SOL (2019): *“na primeira fase de acesso ao ensino superior, dos 51 mil candidatos a uma vaga no ensino superior, foram colocados 44500 (87,2%)”*. E porque não querem preencher vagas para fora das cidades, o país tem de pedir profissionais ao estrangeiro. Resta-nos a questão: terão todos estes estudantes feito a escolha certa? Terão todos estes estudantes aptidão para o curso de medicina? Ou será mais um caso de escolha pela família ou escolha por estatuto?

Este tipo de problemas são de ordem social e acabam por contrastar com os de realização pessoal de cada indivíduo.

Numa última abordagem ao texto de Dionísio, consegue-se perceber uma certa tensão por parte dos orientadores acerca de algumas das escolhas feitas pelos alunos. Há uma forte tendência para desaprovarem determinadas escolhas só porque lhes parecem “facilitadoras”, alegando que estes alunos “não têm espírito de sacrifício”.

Não será esta ideia – de “espírito de sacrifício – um tanto ultrapassada de quem acha que os seres humanos devem viver para o trabalho? Queremos mesmo continuar a passar essa mensagem às gerações vindouras? Uma pessoa que trabalha no que gosta, muitas das vezes vive para o trabalho, mas será espírito de sacrifício? Não se deveria procurar uma atividade de que se gosta de fazer? Não deveria ser essa a missão de um orientador? E que tipo de orientadores se querem nas escolas? Orientadores vocacionais que criam estigmas e fazem juízos de valor, não representam uma orientação neutra e correta dirigida a todo o tipo de alunos.

8. REFLEXÕES CONCLUSIVAS

Natureza biológica, socialização, habitus, factos sociais, instituição familiar, instituição escolar, pais, amigos e expectativas sociais.

Tendo em conta todas estas teorias e questões levantadas durante esta dissertação, o indivíduo encontra-se numa complicada teia de interesses que vão muito para além dos seus.

De um modo conclusivo, devemos salientar que quando o indivíduo se encontra numa posição que dificulta a construção do seu papel na sociedade, pode criar uma série de problemáticas.

Assim, salienta-se a ideia de anomia de Durkheim (2007) e a teoria de crime de Robert K Merton (1968).

Na ideia de Durkheim, a falta de padrões claros a respeito de como os indivíduos se devem comportar leva a um estado de desorientação – anomia – que pode levar um indivíduo a cometer suicídio.

Por outro lado, temos a ideia de anomia e crime de Merton que sugere que a sociedade oferece objetivos de vida aos seus indivíduos e que aqueles que os não conseguem atingir podem conceber uma pressão capaz de levar a atos extremos, como o crime.

Nesta vertente, é importante mencionar que é natural não termos todos os mesmos interesses e objetivos. Se todos fossemos para médicos ou engenheiros quem executaria as outras profissões? É desta forma que é possível manter-se a ordem social e não dever-se-ia criar tantos preconceitos em relação a determinados tipos de ensino – como o ensino profissional, por exemplo – mas sim valorizar todas as profissões como sendo importantes. Até mesmo um varredor de rua tem o seu papel na sociedade. Se não existisse quem varresse as ruas, estas estariam imundas e as pessoas viveriam no meio do lixo. Devemos seriamente repensar na mensagem que estamos a passar às novas gerações.

Nesta dissertação, começou por se fazer uma breve introdução a todo um processo de desenvolvimento social, através da socialização.

A socialização tem um peso elevado no que toca à construção do nosso self. A este processo são acrescentados ainda o habitus e os factos sociais. No entanto não podemos esquecer das nossas limitações enquanto seres humanos.

Os três jovens entrevistados entre os quinze e os dezassete anos demonstraram nos seus discursos algumas dificuldades na decisão final da escolha de uma profissão e do que irão seguir após a conclusão do décimo segundo ano.

Todas as variáveis discutidas ao longo desta dissertação, mostram que existem regras – principalmente no sistema educativo – que dificultam as escolhas dos jovens e daí poderão também condicionar a sua adaptação ao mercado de trabalho. No entanto, os indicadores destas variáveis também revelam a família como um sistema importante nestas tomadas de decisão.

Como é possível existir um tal desnivelamento entre a preparação de um indivíduo para a vida adulta e o que esperam dele já nessa fase?

Claro que esta dissertação não chega nem à ponta do iceberg no que toca a desenvolvimento social e a construção de um papel profissional de um indivíduo, mas cumpre o seu objetivo no que respeita a algumas das questões acerca de socialização.

Pelo rumo que a investigação levou, conclui-se que as tensões entre vários sistemas de valores, que resultam também de distintos processos de socialização, poderão ser geradoras de algumas insatisfações, por parte da família, principalmente no que vigoriza e legitima o sistema escolar da sociedade moderna.

9. BIBLIOGRAFIA

- AA. VV. (2014) – “O Livro da Psicologia”, Marcador Editora
- Abrantes, Pedro (2012) – “A escola como motor de uma modernidade dual: o caso português no contexto europeu”, *Sociologia*, (Online) 5, pp. 6-33
- Araújo, Maria do Sameiro (2015) – “Família, escola e sucesso escolar”, Coisas de ler
- Bernstein, Basil (1986) – “A Teoria de Bernstein em Sociologia da Educação”, Gráfica de Coimbra, edições fundação Calouste Gulbenkian
- Bourdieu, Pierre (1977) – “Cultural Reproduction and Social Reproduction”, apud Richard Brown (s.a.) “Knowledge, Education, and Cultural Change”, reprinted with the permission of Tavistock Publications and the British Sociological Ssociety, pp. 56-68
- Bourdieu, Pierre (2010) – “A Distinção: uma crítica social da faculdade do juízo”, Edições 70, Lda
- Bowles, Samuel e Herbert Gintis (1977) – “Schooling in capitalist america: educational reform and the contradiction of economic life”, Basic Books
- Coleman, James (1961) – “The adolescent society: the social life of teenager and its impacts on education”, New York, Free Press of Glencoe
- Crisogen, Disca Tiberiu (2015) – “Types od socialization and their importance in understanding the phenomena os socialization”, *European Journal of Social Sciences Education and Research*, (Online), volume 2, issue 4
- Curtiss, Susan *et.al* (1974) – “The Linguistic Development of Genie”, *Language*, (Online), 50, pp.528-554
- Curtiss, Susan (1977) – “Wild Child - A Psycholinguistic Study of Modern-Day” New York: Academic Press
- Davis, Kingsley (1940) – “Extreme Social Isolation of a Child”, *American Journal of Sociology*, (Online), January, pp. 554-565
- Davis, Kinsley (1947) – “Final note on a case of extreme isolation”, *American Journal of Sociology*, (Online), March, pp. 432-437
- Durkheim, Émile (1995) – “As Regras do Método Sociológico” – 6ª edição, Lisboa, Editorial Presença
- Durkheim, Émile (2007) – “O Suicídio” – Lisboa, Editorial Presença
- Galton, Francis (1874) – “English men of science: their nature and nurture” – London, Macmillan & Co.
- Giddens, Anthony (2009) – “Sociologia” – Fundação Calouste Gulbenkian, 9ª edição
- Goleman, Daniel (2014) – “Foco – O motor oculto da excelência”, Temas e Debates – Círculo de Leitores
- Merton, Robert K. (1968) – “Social Theory and Social Structure”, New York: Free Press
- Quivy, Raymond; Campenhoudt, Luc Van (2017) – “Manual de Investigação em Ciências Sociais”, Gradiva
- Santos, Carlos Diogo (2019) – “Ensino Superior. Medicina já não é o que era, há mais estrangeiros e politécnicos ganham terreno” (Online), *Jornal Sol*, consultado em <https://sol.sapo.pt/artigo/670511/ensino-superior-medicina-ja-nao-e-o-que-era-ha-mais-estrangeiros-e-politecnicos-ganham-terreno>
- Vieira, Maria Manuel *et.al* (2015) (orgs.) – “O Futuro em Aberto”, *Mundos Sociais*

10. FONTES – LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Legislação-Lei nº46/86, Capítulo 1, Artº1, Ponto 2, Diário da República n.º 237/1986, Série I de 14 de outubro de 1986

Legislação-Lei nº46/86, Subsecção II, Artº9, Alínea f, Diário da República n.º 237/1986, Série I de 14 de outubro de 1986

I. ANEXO

O anexo seguinte representa um modelo dos guiões de entrevistas – um para as entrevistas individuais e outro para o focus group. Tendo em conta as diferenças de percursos de cada um dos entrevistados, os guiões individuais poderiam sofrer alterações.

GUIÃO DE ENTREVISTA – Guião utilizado para a Entrevistada 8 B, 55 anos, assistente social

- Como descreve a sua infância antes de entrar para a escola?
- Quais as brincadeiras que tinha em criança antes de entrar para a escola?
- Quais as que mais gostava?
- O que queria ser antes de entrar para a escola?
- Muito dinheiro, exige muito trabalho?
- O que a levou a chegar a essa conclusão?
- Que tipos de ensinamentos se lembra que os seus encarregados de educação lhe transmitiram sobre profissões e trabalho?
- Que tipos de ensinamentos se lembra dos seus encarregados de educação lhe ensinaram sobre raças e classes sociais?
- Quais foram as lições que os seus encarregados de educação lhe deram que considera mais importantes?
- Como descreve a sua infância depois de entrar para a escola?
- Quais as brincadeiras que tinha em criança durante o ensino primário?

- Quais as que mais gostava dessa altura?
- Lembra-se do que queria ser entre os seis e os dez anos?
- A escola tinha esses interesses em conta?
- E os seus encarregados de educação tinham esses interesses em conta?
- Como era o seu desempenho escolar do 1º ao 4º ano?
- Falava com os seus amigos sobre as profissões que queriam ser e o sobre o futuro?
- Lembra-se do que mais gostava de fazer entre os dez e os 15 anos (entre o 5º e o 9º ano)?
- Acha que a escola tinha esses interesses em conta?
- E os seus encarregados de educação tinham esses interesses em conta?
- Como era o seu desempenho escolar entre o 5º e o 9º ano?
- E o que mais gostava de fazer entre os 15 e os 18 anos?
- Nessa altura, a escola tinha em conta os seus interesses?
- E os seus encarregados de educação tinham esses interesses em conta?
- Qual era o seu desempenho escolar durante o secundário?
- Acha que a escola lhe deu a preparação suficiente para o caminho que escolheu seguir?

- E considera que os seus encarregados de educação lhe deram o apoio que precisou ou não?
- O que a levou a escolher o ensino superior?
- O que a levou a escolher a área do serviço social em particular?
- Tinha interesse por outras áreas?
- (se sim) então como tomou a decisão?
- Com os conhecimentos de hoje, se pudesse voltar atrás tinha feito a mesma escolha ou teria feito outra?
- Qual era o nome do seu curso?
- Achava que estava bem estruturado?
- Tinha muita experiência prática no curso?
- Quando terminou o curso, sentiu-se preparada o suficiente para entrar no mercado de trabalho?
- Como encarou a passagem da “bolha do ensino” para o mercado de trabalho?
- Como foi a sua primeira experiência profissional?
- Na altura, sentiu que tinha feito a escolha certa ou teve dúvidas?
- Como tem sido o seu percurso profissional desde então?
- Desta lista de valores, escolha três com que mais se identifique.

- Acha que estes valores estão em conformidade com a área profissional que escolheu?

GUIÃO DE ENTREVISTA – FOCUS GROUP FAMÍLIAS

- O que é a escola e para que serve?
- Consideram existir vários tipos de inteligência?
- (se sim) a escola tem em atenção os vários tipos de inteligência?
- O que vos faz pensar isso?
- Porque acham que se tem de fazer uma escolha de área tão cedo hoje em dia?
- A profissão define o homem?
- O que é para vocês o sucesso?
- A orientação vocacional é feita por psicólogos nas escolas e apenas a alunos que queiram voluntariamente frequentar a orientação. Acham que deveria ser algo obrigatório a todos os alunos ou que deveria permanecer voluntário?
- Esta orientação deveria ser feita mais cedo e continuar até ao fim da escola ou faz sentido fazê-la apenas no nono ano?
- A escola deveria ter em atenção os interesses de cada aluno?
- E as famílias? Deveriam ter em atenção os interesses de cada membro?
- A família é importante no que toca à escolha de uma profissão?
- E a escola é importante na escolha de uma profissão?

- Na vossa experiência, de um modo geral nas outras famílias, os pais costumam respeitar as escolhas dos filhos no que toca à escolha de uma profissão?
- A sociedade é maioritariamente constituída por famílias. Deverá a família ver-se como uma equipa, ou existem limites?
- Existem profissões em que a relação família-trabalho pode ser um problema?
- A relação aluno-professor é ou não essencial para um bom desempenho escolar?
- E a relação família-escola?
- Se pudessem ajudar os jovens neste processo da escolha da profissão, o que fariam?